

Desenvolvimento e Sustentabilidade na Perspectiva da Gestão Pública – Revisão Sistemática em Bases de Dados da América Latina

Marcela Carvalho Mendes¹; Laércio Ramón da Silva Nascimento²; Fabiana Pinto de Almeida Bizarria³; Flávia Lorenne Sampaio Barbosa⁴

Recibido: 28/08/2021 / Aceptado: 19/04/2022

Resumo. A pesquisa objetiva investigar como se encontra a discussão sobre sustentabilidade, desenvolvimento e inovação no campo da gestão pública à luz da racionalidade ambiental presente nas três principais bases de dados bibliográficos (*SciELO*, *Spell* e *Redalyc*) da América Latina. Realizou-se revisão sistemática de literatura em três bases de dados bibliográficos (*SciELO*, *Spell* e *Redalyc*) da América Latina. Por conclusão, aponta-se que, assim como a sustentabilidade, o desenvolvimento e inovação no campo da gestão pública à luz da racionalidade ambiental se complementam na contribuição do pensar estratégias para um desenvolvimento local, com contribuições da racionalidade ambiental.

Palavras-Chave: sustentabilidade, gestão pública, racionalidade ambiental.

[es] Desarrollo y sostenibilidad en la perspectiva de la gestión pública - Revisión sistemática en bases de datos latinoamericanas

Resumen. La investigación tiene como objetivo investigar cómo se encuentra la discusión sobre sostenibilidad, desarrollo e innovación en el ámbito de la gestión pública a la luz de la racionalidad ambiental presente en las tres principales bases de datos bibliográficas (*SciELO*, *Spell* y *Redalyc*) de América Latina. Se realizó una revisión sistemática de la literatura en tres bases de datos bibliográficas (*SciELO*, *Spell* y *Redalyc*) en América Latina. En conclusión, se señala que, además de la sostenibilidad, el desarrollo y la innovación en el ámbito de la gestión pública a la luz de la racionalidad ambiental se complementan en la contribución de pensar estrategias para el desarrollo local, con aportes de la racionalidad ambiental.

Palabras clave: sostenibilidad, gestión pública, racionalidad ambiental.

Sumario: 1. Introdução. 2. Sustentabilidade e gestão pública. 3. Metodologia. 4. Resultados da pesquisa. 5. Considerações finais. 6. Referências

Cómo citar: Mendes, M.C.; da Silva Nascimento, L.R.; Pinto de Almeida Bizarria, F.; Sampaio Barbosa, F.L. (2022): Desenvolvimento e Sustentabilidade na Perspectiva da Gestão Pública – Revisão Sistemática em Bases de Dados da América Latina, en *Cuadernos de Gobierno y Administración Pública* 9-1, 1-7.

1. Introdução

A chave da sustentabilidade está na transversalidade, entendida como disciplina articulada do conhecimento e como uma nova forma de repensar a relação do homem com a natureza, a partir da integralidade das

dimensões econômica, social, ambiental e de valores, que conduzem a uma visão global para desenvolvimentos comuns entre os subsistemas, e na promoção do progresso de um determinado local e território (Ávila, 2018). Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável se move na expectativa da possibilidade

¹ Universidade Federal do Piauí. Teresina, PI - Brasil
marcelacarvalhom@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/7681055118702092>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7481-5323>

² Universidade Federal do Piauí. Teresina, PI - Brasil.
admramon@ufpi.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/0008637422329772>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8461-0222>

³ Faculdade Luciano Feijão e Professora Colaboradora PPGP/ UFPI. Fortaleza, Ceará, Brasil.
bianapsq@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8365-8593>

⁴ Universidade Federal do Piauí – UFPI. Teresina, Piauí, Brasil.
flsbarbosa@ufpi.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/3271567015867945>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4804-9538>

de um usufruto humano duradouro da natureza do que a manutenção dessa natureza sob circunstâncias futuras (em que o ser humano não necessariamente fará parte), haja vista a defesa de uma memória social que, na prática, se edifica sob a luta contra a perspectiva de esquecimento de si, quando se recorrem às próteses de memória (Narloch et al. 2019).

Tem-se, portanto, a necessidade de uma consciência para tratar com racionalidade os recursos naturais, no sentido de se organizar para que o desenvolvimento econômico não seja predatório, mas sim, “sustentável”, visto que estes podem se esgotar (Leff, 2001). Assim, presume-se uma racionalidade ambiental que aborde as relações entre instituições, organizações, práticas e movimentos sociais, passa pelo campo do conflito ambiental e afeta a forma de percepção, acesso e usufruto dos recursos naturais, bem como a qualidade de vida e os estilos de desenvolvimento das populações (Lopes, 2009).

De acordo com Nunes et al. (2012), no campo das organizações, o desafio da gestão pública envolve a tentativa de se articular as questões sociais e econômicas e, em simultâneo, reduzir a pressão sobre os recursos naturais com vistas à melhoria da qualidade de vida da população, necessitando, por certo, de ações efetivas da gestão ambiental de forma inovadora, baseadas em políticas claras e consistentes, bem como ações de avaliação do processo de formulação e implementação destas políticas, possibilitando o monitoramento dos resultados para a formulação de possíveis ajustes, promovendo desenvolvimento que passa a ser mais abrangente e menos econômico, mais socioespacial, referindo-se ao desenvolvimento territorial que remete a questões políticas, culturais e sociais desiguais e combinadas regionalmente (Coriolano & Vasconcelos, 2013).

Assim, se justifica pela necessidade de investigar como se encontra a discussão sobre sustentabilidade, no campo da gestão pública, como inovação social/para a promoção do desenvolvimento socioespacial no sentido de articular questões sociais e econômicas na relação harmônica entre a sociedade, natureza e organizações públicas, no intuito de proporcionar qualidade de vida e bem-estar social.

2. Sustentabilidade e gestão pública

A perspectiva da gestão pública não só revela os temas, dilemas e paradoxos recorrentes ao setor público, mas também busca constantemente mais conhecimentos para solucionar impactos práticos, como gestão e medição de desempenho relacionado ao bem-estar comum (Motta, 2013; Capobianco et al. 2013). Em síntese, o principal objetivo da gestão pública é usar os recursos públicos para maximizar o bem-estar social e a sua alocação deve ser feita de forma satisfatória, pois, geralmente, são restritos (Costa & Bueno, 2008).

Nessa linha, a busca pelo desenvolvimento regional tornou-se um desafio para a administração pública (Feger et al., 2010). Sendo que este desenvolvimento não se

baseia apenas nas questões econômicas, mas também no desenvolvimento humano e social, que expressa à vitalidade do crescimento, fatores econômicos e outros, tais como: a ampliação do capital humano, o crescimento do capital social, a realização da governança, a produção de infraestrutura de conhecimento e o uso sustentável do recurso natural (Drucker & Goldstein, 2007).

No percurso deste último aspecto, tem-se, conforme Diniz et al. (2020), o desenvolvimento sustentável, que deve se ancorar nos conceitos de crescimento econômico, rompendo com o ideal macroeconômico, baseado na justiça social, na compreensão das restrições naturais associadas na melhoria da eficiência do uso desses recursos e, se possível, por fim nessa lógica social apoiado no aumento do consumo e dependência. Requerendo, então, romper com a atual mentalidade macroeconômica, na compreensão das restrições naturais associadas às atividades econômicas.

Válido ressaltar que ainda não há consenso sobre o conceito de sustentabilidade na literatura, e a definição dada por Nicolleti et al. (2020), aborda como é diverso, multidimensional e ambíguo, com conotação ecológica, envolvendo condições e padrões biofísicos necessários de modo a sustentar a vida humana, a presunção que as gerações futuras alcancem certo nível de bem-estar, mas também considera as limitações dos recursos naturais. Nesta concepção, a sustentabilidade passa a ocupar cada vez mais espaço e interesses em diferentes ambientes, como em governos, empresas, instituições nacionais e internacionais, organizações não governamentais (ONGs), na compreensão dos cenários ambientais, econômicos e sociais (Beltrame et al. 2018).

Tavares Nunes e Bastos (2017), conduzidas pelo ponto de vista de Boff (2015), apontam como ponto de partida para o entendimento do conceito de desenvolvimento sustentável, o relatório de Brundland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, na década de 1980. Então, Soares e Almeida (2019), embasados por Ignacy Sachs, compartilham que o desenvolvimento sustentável opera em três pilares básicos, a saber: relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica. Enfatizando, desta forma, a intrinsecidade da sustentabilidade com o crescimento econômico, considerando a dimensão social, devendo esta ser implementado por mecanismos que também sejam favoráveis ao meio ambiente.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU) (2021), os objetivos trabalhados para um desenvolvimento sustentável não apenas regional ou local, mas são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

3. Metodologia

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, pelo exposto por Bogdan e Biklen (2003, p. 14), como “ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e processo de

análise indutivo”, além de natureza descritiva, assentada na descrição das características do fenômeno (Vergara, 2000). Para tanto, recorreu-se a uma revisão de literatura sistemática, que nos termos de Mattos (2015, p. 2), se conceitua como “um tipo de investigação científica, onde essas revisões são consideradas estudos observacionais retrospectivos ou estudos experimentais de recuperação e análise crítica da literatura”, como forma verificar e aprofundar o conhecimento registrado pelos pesquisadores no mundo (Mota, 2019).

O mapeamento utilizado foi por meio do levantamento bibliográfico de estudos encontrados nas três

principais bases de dados bibliográficos; *SciELO*, *Spell* e *Redalyc*, da América Latina, publicados em forma de artigos científicos. A pesquisa teve seu início em abril de 2021, com recorte temporal de 2018 a 2020, pela busca de uma literatura mais recente sobre o tema. As *strings* de busca definidos foram: (1) Desenvolvimento sustentável e gestão pública; (2) Sustentabilidade e gestão pública; (3) Inovação e gestão pública; (4) Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; e, (5) Sustentabilidade e inovação, buscados em qualquer elemento textual das produções científicas (Quadro 1).

Quadro 1. *Strings* de Busca

<i>Strings</i> de busca	Bases de dados	Horário da busca	Data da busca	Quantidade encontrada	Recorte temporal
Desenvolvimento sustentável e gestão pública	<i>Redalyc</i>	17h06min	11/05/2021	1	2018 a 2020
Sustentabilidade e gestão pública	<i>Redalyc</i>	17h10min	11/05/2021	0	2018 a 2020
Inovação e gestão pública	<i>Redalyc</i>	17h12min	11/05/2021	1	2018 a 2020
Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	<i>Redalyc</i>	17h31min	11/05/2021	17	2018 a 2020
Sustentabilidade e inovação	<i>Redalyc</i>	17h41min	11/05/2021	13	2018 a 2020
Desenvolvimento sustentável e gestão pública	<i>Spell</i>	18h07min	11/05/2021	0	2018 a 2020
Sustentabilidade e gestão pública	<i>Spell</i>	18h08min	11/05/2021	0	2018 a 2020
Inovação e gestão pública	<i>Spell</i>	18h09min	11/05/2021	1	2018 a 2020
Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	<i>Spell</i>	18h10min	11/05/2021	0	2018 a 2020
Sustentabilidade e inovação	<i>Spell</i>	18h11min	11/05/2021	1	2018 a 2020
Desenvolvimento sustentável e gestão pública	<i>SciELO</i>	18h30min	11/05/2021	2	2018 a 2020
Sustentabilidade e gestão pública	<i>SciELO</i>	18h52min	11/05/2021	13	2018 a 2020
Inovação e gestão pública	<i>SciELO</i>	19h25min	11/05/2021	16	2018 a 2020
Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	<i>SciELO</i>	20h25min	11/05/2021	62	2018 a 2020
Sustentabilidade e inovação	<i>SciELO</i>	21h3min	11/05/2021	21	2018 a 2020

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesta etapa inicial, foram encontrados 148 estudos, separados em pastas com a mesma denominação das *strings* para conferência de repetições. Eles foram listados pelo nome do artigo e pelas bases de dados em um quadro no *Word* e, em seguida, foi aplicado a ferramenta da classificação que os listou em ordem alfabética para contagem manual. Foram encontrados 5 estudos repetidos, sendo estes retirados do estudo.

Na sequência, 18 estudos compatíveis com a temática focalizados no título e no resumo foram selecionados. E, por fim, a análise e discussão dos dados prosseguiu utilizando as etapas conforme o estudo de Moreira et al. (2020) onde a primeira etapa comporta a leitura dos artigos selecionados por temática; segunda etapa, observação dos conceitos, histórico,

importância e contribuição e, na terceira, a escrita feita pela união das anotações.

4. Resultados da pesquisa

A matriz analítica elucida textos referentes à sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e inovação social relacionados à gestão pública. Ao total atribuído, no ano de 2018 somam-se 5 textos, dos quais 2 são da *Redalyc*, 3 da *SciELO* e nenhum da *Spell*. Em 2019, reúnem-se 4 textos; 2 da *Redalyc*, 3 da *SciELO* e nenhum da *Spell* e, em 2020, ano de maior publicação sobre as temáticas, foram encontrados 9 textos; 1 da *Redalyc*, 7 da *SciELO* e 1 da *Spell*.

A plataforma que mais se repetiu e publicou textos foi a *SciELO*, seguida da *Redalyc*, e a plataforma *Spell* foi a que menos publicou, a saber, 2 artigos e,

apenas um destes, o artigo “Inovação e gestão pública: uma análise da produção científica internacional (2020)” foi aproveitado para a análise.

Quadro 2. Estudos base da pesquisa

Nome do artigo	Ano	Quantidade de autores	Bases de dados
1. A economia compartilhada como um movimento de transição para uma mobilidade sustentável	2018	2	<i>Redalyc</i>
2. Análise da sustentabilidade de cidades incorporando a dimensão humana: estudo na cidade de Queimadas-PB;	2020	2	<i>SciELO</i>
3. Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis	2020	3	<i>Redalyc</i>
4. Energia solar e desenvolvimento sustentável no semiárido: o desafio da integração de políticas públicas;	2020	1	<i>SciELO</i>
5. Gestão participativa e sustentabilidade socioambiental: um estudo em escolas da rede pública de Sobral-CE;	2018	3	<i>SciELO</i>
6. Indicadores de resíduos sólidos em sistemas de avaliação de sustentabilidade local: uma revisão da literatura;	2020	5	<i>SciELO</i>
7. Inovação e gestão pública: uma análise da produção científica internacional;	2020	4	<i>Spell</i>
8. Inovação urbana e recursos humanos para gestão de cidades sustentáveis;	2019	4	<i>SciELO</i>
9. Na contramão dos objetivos do desenvolvimento sustentável: avaliação da pobreza hídrica na região estuarina do Rio Macaé, Macaé/RJ;	2020	2	<i>SciELO</i>
10. O uso de indicadores para avaliação qualitativa de projetos educativos socioambientais: a gestão participativa no ambiente escolar;	2019	3	<i>SciELO</i>
11. Objetivos do desenvolvimento sustentável e educação para a sustentabilidade: análise das concepções de sustentabilidade de estudantes de administração em uma instituição superior pública;	2019	3	<i>Redalyc</i>
12. Parcerias intersetoriais estratégicas para o desenvolvimento urbano sustentável;	2020	3	<i>SciELO</i>
13. Políticas de mobilidade e transportes: entre a sustentabilidade e uma transição justa;	2020	1	<i>SciELO</i>
14. Políticas públicas em prol da sustentabilidade na construção civil em municípios brasileiros;	2018	3	<i>SciELO</i>
15. Competências para a sustentabilidade em universidade pública do Brasil;	2019	6	<i>Redalyc</i>
16. Proposta de um indicador de desenvolvimento sustentável com base na qualidade de vida, bem-estar e felicidade: estudo piloto na cidade de Curitiba, Brasil;	2020	3	<i>SciELO</i>
17. Relações entre inovação e sustentabilidade: termos e tendências na produção científica mundial;	2018	4	<i>Redalyc</i>
18. Uso de indicadores na gestão dos resíduos sólidos urbanos: uma proposta metodológica de construção e análise para municípios e regiões;	2018	3	<i>SciELO</i>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Consoante o desenvolvimento sustentável, os autores Abulatif et al. (2019) e Ferentz et al. (2020) destacam sobre a importância do papel das lideranças urbanas na atuação da temática da sustentabilidade como articuladores entre os setores público, privado e sociedade civil e, que, parcerias intersetoriais e a abordagem estratégica surgem como variáveis no aumento de oportunidades de êxito na realização de tal propósito, em especial, por suas naturezas serem orientadas no alinhamento de recursos para o planejamento e execução de intervenções que promovam a sustentabilidade.

Essa integração de abordagens intersetoriais na contribuição para o desenvolvimento local sustentável também tende a estimular o envolvimento da comunidade urbana na totalidade, desde o momento em

que integra representantes do setor público, da sociedade civil e do setor privado, apresentando os municípios como importantes polos de governança em políticas públicas locais. E Abulatif et al. (2019), Ferentz et al. (2020) e Guimarães e Ferreira (2020) colocam, como protagonistas, a participação da sociedade nos processos de tomada de planejamento e decisões que promovam o desenvolvimento sustentável.

A abordagem de efetivação, por sua vez, advém do processo da aplicabilidade intersetorial para o desenvolvimento sustentável. Pelos autores ainda há desafios relacionados à qualidade da formação de profissionais para assumir o papel de protagonistas executores do desenvolvimento sustentável. Os próprios espaços das academias estão a oportunizar estudos em diferentes cursos que podem destacar a con-

tribuição de cada um deles para desenvolvimento da sustentabilidade. A realização de pesquisas fora dos ambientes de educação formal também pode suscitar novas concepções sobre sustentabilidade (Farias et al. 2019).

A abordagem de transição recai sobre o planejamento das incertezas concentradas em discutir as principais dimensões da sustentabilidade, ou seja, para que a sustentabilidade seja apresentada como elemento capaz de promover um entendimento de como são consolidadas diferentes práticas sociais, inclusive, utilizada como pontes entre elementos distintos. Entretanto, estudos sobre o contexto institucional têm focado na sua pluralidade e na possibilidade de mudanças na natureza de certas instituições, inclusive, na economia e nos negócios (Pereira & Silva, 2018).

Na perspectiva da compreensão da sustentabilidade, Ferentz et al. (2020), Pereira e Silva. (2018) e Brito et al. (2019) levantam a proposta de se construir e entender as variáveis sustentáveis através de indicadores, mensuráveis nas temáticas social, ambiental e econômicas, e em sistemas de avaliação local. Endossada, por Guimarães e Ferreira (2020), sobre a necessidade no acompanhamento ao cumprimento dessas metas visando comparar o estado socioambiental de qualquer região através de programas municipais, incentivos e leis (Marques et al. 2018).

Já Cartaxo (2020) diz que para se ter êxito na produção harmônica entre sociedade e natureza é preciso gestão, opções políticas e estratégicas que versem sobre sustentabilidade, e a gestão pública de forma participativa, citada por Marques et al. (2018) e Pereira e Silva (2018), é a gestão interativa mais eficaz para todos os envolvidos no processo de consciência ecológica e sobre a relevância proporcionada pela atividade e contribuições dos representantes políticos para o êxito.

Diante das informações adquiridas, Bastos e Martins (2020) abordando o uso inadequado dos recursos públicos, reforçam que o desenvolvimento articulado com a sustentabilidade, por políticas públicas mais incisivas, podendo valorizar o contexto humano, indo além da estrutura física, o que pode contribuir para um estilo de vida com melhor qualidade concomitante ao meio ambiente.

Tal enfoque analítico de Andion et al. (2020) considera que tanto atores governamentais, quanto da sociedade civil e do campo empresarial, têm possibilidade objetiva de promover inovação social e fomentar dinâmicas que apoiem ou inibem a construção de soluções para os problemas públicos da cidade em

variadas arenas públicas. Essas dinâmicas, de natureza complexa, estão interconectadas e imersas em diferentes escalas, institucional/territorial (macro), das inter-relações entre os coletivos (meso) e das experiências vividas pelos próprios atores (micro), formando uma rede que performa a inovação social na cidade. E sobre esta proposta, o uso consciente dos recursos é que Kniess et al. (2019) sugerem a inovação social, como uso de tecnologias, no pensar sobre as cidades mais inteligentes e sustentáveis, sendo que estas devem contribuir em soluções acessíveis à população e assimilada pela administração pública.

5. Considerações finais

Diante das questões expostas, bem como os problemas oriundos da expansão das cidades, nota-se a necessidade de se repensar quanto ao posicionamento do homem em meio a este sistema que impulsiona a sociedade ao consumo exacerbado e descompromissado com a finitude dos recursos naturais e com a sustentabilidade local, para esta e as gerações que se sucedem. Assim, como, também, a gestão pública deve contribuir de modo decisivo no que tange a melhoria das gestões das cidades e da qualidade de vida da população.

Constata-se primar por uma racionalidade ambiental baseada no interesse coletivo, por meio da produtividade sustentável, com a finalidade de refletir o desafio de fazer com que a sociedade possa conseguir visualizar oportunidades na promoção do desenvolvimento sustentável e da inovação social, ao modo com que seja possível estimular gerações visionárias para o uso desses termos.

Tem-se na academia a geração de conhecimento, ou seja, desta racionalidade ambiental, capaz de visualizar a natureza como gestão de conhecimento social. Nesse sentido, o saber ambiental integra o conhecimento racional e o conhecimento sensível, os saberes e os sabores da vida. Entende-se, por certo, que o conhecimento ambiental requerido não é o biológico e ecológico (não é apenas sobre o meio ambiente), mas sobre a complexidade emergente e perspectiva de futuro sustentável em que se valoriza a formação de significados coletivos de diferentes significados culturais e a construção de identidades compartilhadas. Verifica-se a ótica limitada dos estudos consoantes nas bases de dados utilizadas, porém, a atuação contributiva para futuros estudos ensaia no manuseio de bases internacionais.

6. Referências

- Andion, C., Alperstedt, G., Dias, & Graeff, J. F. (2020). "Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis", *Revista de Administración Pública*, 54 (1): 181-200. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220180418>
- Ávila, P. Z. (2018). "Sustentabilidade ou sustentabilidade: um conceito poderoso de humanidade" *Tabula Rasa*, 28: 409-423.
- Bastos, P. M., & Martins, M. F. (2020). "Análise da sustentabilidade de cidades incorporando a dimensão humana: estudo na cidade de Queimadas-PB". *Polis*, 19 (57): 213-242.

- Beltrame, I., Reis, L. G., & Gehlen, K. R. H. (2018). “A institucionalização do tema sustentabilidade no curso de graduação em administração”. *Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL*, 11 (1): 1-14.
- Bogdan, R. S., & Biken, S. (2003). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. 12.ed. Porto.
- Capobianco, R. P. N., Silva, A. de L., & Faroni, E. A. W. (2013). “Reformas administrativas no Brasil: uma abordagem teórica e crítica”, *REGE - Revista de Gestão*, 20 (1): 61–78.
- Coriolano, L. N., & Vasconcelos, F. P. (2013). “Região. Desenvolvimento regional e turismo comunitário”, *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, 1 (1): 95-111.
- Costa, C. E. E. L., & Bueno, R. L. S. (2008). *Economia do setor público*. São Paulo: FGV.
- Diniz, J. M. A., Marquesan, F. F. S., Diógenes, A. P., & Mesquita, R. F. de. (2020). “O lado obscuro das empresas ganhadoras do guia de sustentabilidade da revista exame”. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 17 (3): 239–258.
- Drucker, J., & Goldstein, H. (2007). “Assessing the regional economic development impacts of universities: A review of current approaches”, *International Regional Science Review*, 30: 20-46.
- Farias, L. C., Coelho, A. L. de A. L., & Coelho, C. (2019). “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e educação para a sustentabilidade: análise das concepções de sustentabilidade de estudantes de Administração em uma instituição superior pública”, *Administração. Ensino e Pesquisa*, 20 (3): 796-836.
- Feger, J. E., Fischer, A., Etges, V. E., & Rossetto, A. M. (2010). “Regionalização: um desafio para o planejamento estratégico do desenvolvimento”. *Informe GEPEC*, 14(2): 112–128. <https://doi.org/10.48075/igepec.v14i2.3982>
- Leff, E. (2001). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes.
- Lopes, B. A. de V. (2009). “Uma racionalidade ambiental”. *Revista Eletrônica Mestr. Educ. Ambient*, 23: 103-119.
- Moreira, A. P., Ribeiro, H. C. M., Castro, M. da S. V., & Bruno, M. M. (2020). “Comércio internacional e desenvolvimento socioambiental: um entendimento da temática em questão”. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia-RA-RA*, 12 (2): 21-35.
- Motta, P. R. M. (2013). “O estado da arte da gestão pública”, *Revista de Administração de Empresas*, 51 (1): 112-116.
- Mota, A. R. (2019). *Levantamento bibliográfico, primeiro passo para a pesquisa*. Disponível em: <http://www.ccen.ufpb.br/bsscen/contents/noticias/levantamento-bibliografico-primeiro-passo-para-a-pesquisa> (Acesso em: 31/05/2021).
- Narloch, C., Machado, D. M. da C., & Scheiner, T. (2019) “Musealização da natureza e branding parks: espetacularização, mitificação ou sustentabilidade?”, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 14 (3): 981-1001.
- Nicolletti, M., Alem, B. M., Fillippi, P., & Bismarchi, L. F. (2020). “Atuação empresarial para sustentabilidade e resiliência no contexto da covid-19”, *Fórum Revista de Administração de Empresas*, 60 (6): 413-425.
- Nunes, M. R., Junior, A. P., & Fernandes, V. (2012). “A atuação de conselhos do meio ambiente na gestão ambiental local”, *Saúde e Sociedade*, 21 (3): 48-60.
- ONU. (2021) *As Nações Unidas no Brasil*. Objetivos de desenvolvimento sustentável. Copyright 2021 Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 01/06/2021.
- Pereira, T., & Silva, M. (2018). “A economia compartilhada como um movimento de transição para uma mobilidade”, *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 7 (3): 451-468.
- Santiago, S. (2019). *Gestão da Cultura para o Desenvolvimento Das Cidades*. Fixar Editora.
- Soares, G. da S., & Almeida, L. A. (2019). “Indicadores de sustentabilidade para instituições de ensino superior: uma proposta baseada na revisão de literatura”, *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 8 (1): 123-144.
- Tavares Nunes, A. C., & Bastos, V. P. (2018). “Políticas Públicas de Sustentabilidade Urbana no Gerenciamento de Resíduos Sólidos. *O Social em Questão*, 21 (40): 253-266.
- Vergara, S. C. (2000). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas.

Marcela Carvalho Mendes. Mestranda em Gestão Pública pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Gestão de pessoas e planejamento estratégico pela Faculdade Integrada do Brasil (FAIBRA). Tecnóloga em Gestão em Recursos Humanos pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI) e Bacharel em segurança pública pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Foi professora substituta do PROEJA do curso Recursos Humanos na Unidade Escolar Desembargador Henrique Couto. Foi bolsista do Programa Institucional de Estágios do IFPI e da UESPI, realizando estágio obrigatório no Departamento Estadual de Transito do Piauí -DETRAN. Foi representante civil (aluna) eleita para 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª Conseg), realizada pelo o Conselho Nacional de Segurança (Conasp). Foi auxiliar de escritório no Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos de Passageiros de Teresina - SETUT.

Laércio Ramón da Silva Nascimento. Graduado em Administração, CHRISFAPI (2015), Licenciado em Química, UFPI (2016), Graduado em Ciências Contábeis - CESVALE (2020), Pós graduação em Docência do Ensino Superior IESM (2016), Pós graduação em Gestão Pública UESPI (2018). Atualmente, Mestrando em Gestão Pública - UFPI (2020-2022.1) Atuou como professor formador nos cursos profissionalizantes PRONATEC/SEDUC-PI (2016-2018), Atuou como professor substituto do Programa Canal educação SEDUC-PI (2018-2019), Atuou como professor formador administração da Faculdade Afonso Claudio/ UNINTA, Atuou

como professor na Facapi - Faculdade De Ciências Aplicadas Do Piauí. (2020) Atualmente professor substituído da SEDUC-PIAUI. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem, atualmente pesquisador no programa de pesquisa NUPEGEP - UFPI. Hoje realiza pesquisa nos seguinte tema: Gestão Ambiental, Empreendedorismo Ecológico, Marketing, Gestão Pública, Educação Ambiental, Turismo em Unidades de Conservação.

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria. Estágio Pós-Doutoral - Programa de Pós-Graduação em Administração - Universidade Estadual do Ceará (2021-2022). Doutora e Mestre em Administração (Universidade de Fortaleza). Especialista em Saúde Pública e Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora do curso de Administração da Faculdade Luciano Feijão (FLF) onde lidera o Grupo de Pesquisa CNPq Trabalho e Gestão das Organizações. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública na UFPI (Mestrado Profissional). Cargo efetivo de Psicóloga Organizacional/Unilab, desde 2010. Experiência profissional em Gestão de Pessoas (Coordenação, Gerência e Chefia de Unidades). Atuação na Educação a Distância desde 2012 (Tutoria, Professor Formador, Orientador de TCC e Coordenação). Foi bolsista CAPES no Mestrado e bolsista FUNCAP de Inovação Tecnológica no Doutorado. Estudos e pesquisas sobre: Relações de Trabalho e Gestão de Pessoas, Estudos Organizacionais e Administração Pública e Gestão Social.

Flávia Lorene Sampaio Barbosa. Graduada (2003) em Administração pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), especialização (2006) em Gestão Empresarial pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e, mestrado(2012) e doutorado (2018), em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Atualmente, docente efetiva do Curso de graduação em Administração da UFPI, campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS), em Floriano-PI; docente permanente do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública e do Programa de Pós-graduação em Administração Pública (PROFIAP), ambos da UFPI, nível mestrado profissional; docente do curso de especialização em Gestão de Pequenas e Médias Empresas do CAFS/UFPI; e, professor formador e orientador, na modalidade bolsista da CAPES, do curso de bacharelado em Administração do Centro de Ensino à Distância (CEAD) da UFPI. Do mais, pesquisadora integrante do grupo de pesquisa NUPEGEP, vinculado ao curso de Pós-graduação em Gestão Pública da UFPI, e do grupo de pesquisa intitulado “Trabalho e Gestão das Organizações” em parceria com a Faculdade Luciano Feijão (FLF); coordenadora, no âmbito da UFPI, da aplicação do Estudo Mundial sobre Empreendedorismo junto aos Estudantes Universitários do Brasil (GUESSS Brasil); e, avaliadora científica da Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI. Temas de pesquisa: estudos interdisciplinares em Gestão Social e Gestão Pública; e em educação, trabalho e subjetividade.

